

*Garcia Leandro **

A — Não se pode compreender bem a situação actual de Timor sem se conhecer o longo caminho seguido pelos povos e nações da Bacia do Pacífico desde a II Grande Guerra, e com mais significado a partir da década de 80.

Trata-se da região que mais se tem modificado desde a II Grande Guerra e onde desde o início da década de 80 se começou a desenvolver e a aprofundar o conceito de interesses comuns entre os países a ela pertencentes, ou seja, o conceito de Comunidade do Pacífico.

Contrariamente ao que ocorreu no resto do globo, estas alterações não foram consequência da queda do muro de Berlim em 1989, nem do final da Guerra Fria.

Foi toda uma progressão que veio a ocorrer desde os anos 60, principalmente após o final da guerra do Vietname e que merece uma análise cuidada.

Por que se tornou esta região hoje tão importante para o sistema global? São de recordar duas afirmações feitas na década de 80 pelos responsáveis das duas superpotências.

Em Outubro de 1984, o então Presidente Ronald Reagan afirmou:

O Pacífico é onde o futuro do mundo se encontra.

Mais tarde, em Julho de 1986, em Vladivostok, Mikhail Gorbachev dizia:

A situação no Extremo Oriente, na Ásia e nas vastidões oceânicas vizinhas, onde somos habitantes permanentes e navegadores de longa data, é para nós de interesse nacional e de Estado.

Foi o reconhecimento formal de um novo fenómeno político e económico.

* Tenente-General, Vice-Chefe do Estado Maior do Exército.

B. RAZÕES PARA A IMPORTÂNCIA CRESCENTE DA BACIA DO PACÍFICO

Há razões que, acumuladas e inter-relacionadas, justificam não só as afirmações citadas mas também a importância crescente da Bacia do Pacífico, onde Timor Leste se encontra.

Ao tentar efectuar esta análise considero de salientar as seguintes doze razões:

1. O Pacífico ocupa uma área quase igual à de todos os outros oceanos (Atlântico, Índico e Ártico).
2. Ao seu redor e no seu interior vive cerca de 72% da população mundial.
3. O conflito Norte-Sul é menos forte ali do que noutras partes do globo.
4. Quatro das maiores potências mundiais — EUA, Federação Russa, Japão, China — nele têm as suas costas.

Também algumas potências crescentes a ele pertencem, como sejam o Canadá, a Austrália e a Indonésia.

5. O crescente interesse da ex-URSS na região Ásia-Pacífico, que não será alterado pela Federação Russa, e o facto de a área ser considerada essencial para os EUA (mesmo após a implosão da União Soviética).
6. A recuperação económica japonesa pós-2.^a GG e o seu alinhamento político-estratégico com os EUA e a Europa.
7. A vitória da revolução comunista chinesa (1949) e a evolução da República Popular da China, tanto internamente como no seu posicionamento internacional.
8. A descolonização europeia do SE asiático, criando um diversificado conjunto de Estados; hoje só existem territórios não autónomos nas ilhas dispersas nos vários arquipélagos do oceano (dependências dos EUA — Reino Unido — França — Austrália — Nova Zelândia).
9. Investimentos ocidentais, japoneses e árabes (petrodólares) que, ligados às características de alguns povos e regimes políticos da Região, criaram os chamados milagres económicos.
10. Em consequência, o aumento do poder aquisitivo por parte das populações, criando mercados anteriormente inexistentes e fazendo crescer as trocas comerciais inter-Bacia em detrimento de outras relações tradicionais.
11. A excelente reacção de certas economias regionais à introdução de novas tecnologias, bem como uma elevada mobilidade empresarial e da mão-de-obra às solicitações do mercado.

12. O facto de, desde o início de década de 80, se ter vindo a desenvolver um relacionamento inter-Bacia e parecer começar a consolidar-se a consciência de interesses regionais conjuntos que culminaram com as Cimeiras da APEC (Asia Pacif Economic Cooperation) de Novembro de 1993 em Seatle, Outubro de 1996 em Manila e Setembro de 1999 em Auckland, na Nova Zelândia.

C. O PERCURSO HISTÓRICO DOS ACTORES DA BACIA DO PACÍFICO

Para percebermos o percurso ocorrido até hoje e podermos tirar conclusões iremos acompanhar os povos e os países da Região pelos períodos em que dividi os últimos setenta anos:

- Até à II Grande Guerra;
- Final da II Grande Guerra e as suas consequências;
- Os anos 60 e princípios da década de 70;
- Post-Vietname (1975);
- Os anos 80;
- A década de 90.

1. Até ao início da II Grande Guerra

- a. A existência de uma grande potência regional, de tendências expansionistas e imperialistas, a única da área capaz de ter acompanhado a revolução industrial — O Japão.
- b. Um gigante adormecido, explorado por todos, difícil de controlar, essencialmente religioso, agrícola e comerciante — a China.
- c. A presença das grandes potências imperiais — o Reino Unido, a França, a Holanda, os EUA, a União Soviética, mas também parte do Império Português de então em Macau e Timor.
- d. A expansão das superpotências que vieram a dominar a segunda metade deste século para a costa da Ásia — os EUA pelo mar e a URSS à custa de sucessivos povos por terra.
- e. Um SE asiático pobre, colonizado, essencialmente agrícola.
- f. Um relacionamento privilegiado de cada parcela da área com a metrópole colonial em detrimento da relação com o vizinho e com a região.
- g. O poder económico e militar do cristianismo sobre o islão, o budismo, o hinduísmo e outras religiões locais.

2. O Final da II Grande Guerra e as suas consequências

- a. A super-potência regional, o Japão, foi completamente aniquilada e vai-se reconstruir à custa dos EUA, quer sob o ponto de vista de arquitectura política quer sob o do financiamento.
- b. O seu alinhamento político tornou-se marcadamente pró-americano.
- c. Não tendo já o domínio dos mares, o novo Japão teve de se aliar à Potência Marítima dominante.
- d. As potências europeias exaustas pela II Grande Guerra concederam independências, afastando-se da região. Apenas com alguma importância e através de outros se manteve o Reino Unido.
- e. Por interesse próprio, mas também para fazer face ao vazio deixado pelas potências europeias e à crescente influência comunista, os EUA alargaram a sua influência na região, que se tornou num lago americano.
- f. Em consequência, os EUA criaram uma série de alianças políticas e militares de carácter bilateral e multilateral.
- g. A União Soviética expandiu-se ainda mais para leste, apoiou a guerra da Coreia e diferentes movimentos pró-comunistas na região.
- h. A vitória comunista na guerra civil chinesa apresentou duas consequências fundamentais: a unificação do país e o receio de que a sua sombra se projectasse sem resistência em todo o SE asiático. Por outro lado os seus líderes sempre foram profundamente nacionalistas.
- i. A China tornou-se num modelo mais atractivo do que a União Soviética para os países do Terceiro Mundo.
- j. Diversas lutas pela independência, choques étnicos e religiosos, guerrilhas comunistas e guerras civis, marcaram os anos 50 e parte dos anos 60 nos países mais pequenos da região.
- k. O Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia estiveram de certo modo afastados deste jogo mantendo as suas ligações preferenciais com o Reino Unido.

3. A década de 60 até ao final da guerra do Vietname foi marcada por:

- a. O contínuo desenvolvimento tecnológico e o crescimento económico do Japão.
- b. O envolvimento dos EUA no SE asiático, principalmente no Vietname e no Camboja.

- c. Apoio americano ao desenvolvimento económico e estabilidade de alguns países como modo de barrar o caminho para a sua comunização — casos da Coreia do Sul e de Taiwan.
- d. O conjunto de resultados das lutas anti-comunistas no SE asiático desde o final da II GG apresentou-se equilibrado, mas com base em regimes ditatoriais de esquerda ou de direita.

Ocorreram vitórias da direita na Malásia, na Indonésia e nas Filipinas e derrotas no Vietname, Camboja e Laos.

- e. Na Península Coreana houve que optar pela sua divisão.
- f. Surgiu um conjunto de países do Sul que criaram em 8.8.67 a ASEAN (Association of the South East Asian Nations) querendo formar uma zona de paz fora destes conflitos, mas eles próprios com grandes problemas internos.

De qualquer modo, e embora recusando uma aliança militar, estes países estavam alinhados pelos EUA (Filipinas, Tailândia, Singapura, Malásia e Indonésia).

- g. Ocorreu também a retracção do dispositivo militar britânico e a sua entrada para o Mercado Comum.
- h. Foi ainda marcante na época o radicalismo do regime chinês durante a revolução cultural (1966-1976), que correspondeu aos últimos anos do maóismo, antecipados pela ruptura com a URSS em 1961.

4. O post-Vietname/Camboja em 1975 teve consequências geopolíticas e geoestratégicas que alteraram todo o equilíbrio regional.

Foi a época em que se atingiu o pico mais elevado da influência comunista no mundo.

Neste período ocorreu o seguinte:

- a. A revolução portuguesa de 1974 e as suas consequências em Macau e Timor abalaram a região, tendo este último sido invadido pela Indonésia em 27.12.75, após uma guerra civil iniciada em Agosto e a saída do governador para a Ilha do Ataúro.
- b. A retracção do dispositivo americano cedendo bases no continente e a consequente quebra de prestígio, que em ligação ao caso Watergate provocaram a perda de força dos executivos americanos.
- c. Regimes comunistas radicais implantados no Laos, Vietname e Camboja.
- d. Posições de apoio para as frotas russas nas antigas bases americanas do Vietname (Danang e Camrhan).

- e. Vietname e a Indonésia surgiram com ambições expansionistas.
- f. A saída dos EUA do Vietname obrigou a RPC a ter de compensar essa influência, temendo o excessivo poder soviético e dos seus aliados.
- g. Em 1979, ocorreu a invasão do Camboja pelo Vietname e a deste pela República Popular da China.
- h. O Japão continuou a sua ascensão económica e alargou a sua capacidade tecnológica.
- i. A zona da ASEAN foi mantendo equilíbrio social e progressividade no desenvolvimento económico.
- j. O mar continuou a ser um lago americano.
- k. A China e os EUA aproximaram-se (entre 1972 e 1978) e as posições militares extremaram-se da parte da União Soviética com qualquer destas potências.

5. Os anos 80

Este período foi marcado em todo o mundo pelo efeito Gorbachev e pelas suas iniciativas, mas já apresentava na região alguns indícios desde o início da década:

- a. Em 1980, em Camberra surgiu o conceito de Comunidade do Pacífico, com o interesse manifestado pela Austrália, Nova Zelândia e Canadá em se integrarem no conjunto.
- b. Na R. P. da China ocorreram grandes alterações, com a liberalização económica do sistema, a abertura ao investimento e ao *know-how* estrangeiros, bem como ao turismo.

Foi feita uma revisão dos princípios económicos da doutrina marxista-leninista-maoísta, procurando corresponder à satisfação das necessidades das populações.

Foram anunciadas as grandes metas de modernização da China para o ano 2000 na agricultura, indústria, Forças Armadas e na tecnologia.

A R. P. da China tornou-se menos internacionalista.

- c. Ocorreu a emergência do Japão como uma superpotência económica, não o desejando ser em termos militares.

Em 1987, 7 dos 10 maiores bancos mundiais eram japoneses, e em 1988, dos 7 maiores, 6 eram nipónicos.

- d. O reforço dos interesses da União Soviética com ambições no Pacífico e um crescimento do seu poder aeronaval.

- e. A quebra dos EUA como superpotência económica, com a necessidade de tomar medidas proteccionistas.

O Japão tendeu a ocupar o papel de auxílio financeiro desempenhado pelos EUA até então.

Agudizou-se o conflito económico Japão-EUA.

Os EUA finalmente perceberam que não se resolvem problemas económicos e sociais com ditaduras familiares ou militares e que nem tais sistemas defendiam convenientemente os seus interesses; assim, apoiaram a transição para regimes democráticos.

- f. A excessiva influência soviética ocorrida nos anos 75/79 teve agora o seu reflexo, pois a URSS mostrou-se incapaz de manter o apoio económico aos seus satélites — Coreia do Norte — Vietname — Cuba — Nicarágua, etc., face às suas dificuldades internas.

- g. Manteve-se o desenvolvimento estável da zona da ASEAN, onde apenas o caso das Filipinas foi excepção.

Singapura — Malásia — Tailândia surgiram com as suas economias em grande expansão; o SE asiático apresentava crescimentos do PNB sem competição em todo o mundo.

E a Indonésia emergia como uma potência regional de peso.

- h. Registou-se a fulgurante entrada em cena dos 4 tigres asiáticos (Coreia do Sul — Taiwan — Hong Kong — Singapura).

- i. Iniciou-se o retorno da influência dos países europeus (França, Reino Unido, mas também a Alemanha, a Itália, entre outros).

Em 10 anos o comércio da CEE com o Pacífico triplicou.

- j. Entretanto mantinham-se e foram desenvolvidos grandes dispositivos militares.

Dez das maiores Forças Armadas do mundo estavam no Pacífico: EUA — URSS — R. P. China — Japão — Coreia do Norte — Coreia do Sul — Taiwan — Indonésia — Vietname — Tailândia.

- k. Necessidade de serem revistos os sistemas político-económicos dos países comunistas do SE asiático, que estavam à beira da falência, no sentido da sua liberalização e na sequência das tentativas da URSS e da R. P. da China.

- l. Tendência progressiva para a democratização dos regimes (em dez anos doze Nações modificaram os seus sistemas e aceitaram o final do monopólio dos regimes de partido único), sendo de salientar os casos da Coreia do Sul, Taiwan e Filipinas.

- m. Iniciaram-se processos negociados no sentido da resolução pacífica de certas situações e de alguns conflitos:

- A China, perante os casos de Hong Kong, Macau e Taiwan;
 - As questões que opunham a Rússia à China e ao Japão (problemas territoriais);
 - O problema interno do Camboja;
 - Os desentendimentos entre a China e o Vietname;
 - A eventual reunificação da península coreana.
- n. Os EUA mantinham o controlo sobre todo o conjunto de Arquipélagos do Pacífico interior situados no hemisfério norte.

6. A década de 90

Apesar do que disse inicialmente, não se pode analisar a Bacia do Pacífico sem a integrar na aceleração da História que ocorreu após a queda do muro de Berlim.

Foi neste contexto que nos encontrámos na década de 90. Como fiz para as fases anteriores tentarei caracterizar o comportamento dos actores durante esse período, introduzindo agora na perspectiva geopolítica a questão de Timor.

- a. Com o golpe de Estado falhado na URSS em Agosto de 1991 pôs-se um final à Guerra Fria, ou à III Guerra Mundial como lhe chamou Richard Nixon, mas a Federação Russa não perdeu importância no Extremo Oriente e no Pacífico.

Tem passado por enormes dificuldades, mas nunca deixou de ser uma potência a considerar e ainda não aceitou as reivindicações territoriais do Japão.

- b. Após 1992, com a presidência Clinton, os EUA iniciaram uma recuperação económica sempre em ascensão que lhes permitiu manterem-se no primeiro lugar do poder mundial em todas as componentes estratégicas (poder industrial, financeiro e militar, avanço tecnológico e aero-espacial, capacidade de projecção cultural, vontade política e orgulho nacional) com uma posição claramente destacada no final da década.
- c. Ficou patente a incapacidade de sobrevivência dos regimes comunistas da Ásia, sendo obrigados a resolver os seus conflitos internos, a alterar estruturalmente os seus regimes e a abrir a sua economia ao investimento externo.

O Vietname, o Camboja e o Laos aproximaram-se dos países da ASEAN.

- d. Manteve-se em aberto a questão coreana, embora o regime do Norte estivesse já quase completamente isolado.

A integração parece a única saída para o futuro; a questão das armas nucleares norte-coreanas era já o único trunfo do regime para uma negociação mais equilibrada e sem perda de face com o Sul. Só em caso de grande desespero tais armas seriam para utilizar.

- e. A ASEAN afirmava-se e declarou desejar formar um mercado interno e abolir todas as tarifas alfandegárias até 2010.

É de salientar que dos 4 Tigres se passou para os 7 Dragões asiáticos (contando-se agora com a Tailândia, Malásia e Indonésia).

Por outro lado, a Coreia do Sul e Taiwan deram saltos tecnológicos notáveis e se já não podem competir com outros países na indústria tradicional e de mão-de-obra intensiva, já concorrem com o Japão nas indústrias de ponta e de tecnologia muito avançada.

No final da década, em 1997, deu-se uma crise na moeda japonesa com consequências gravosas em todas as economias regionais de que começaram a sair em 1999.

- f. Há sinais de que a RPC se irá tornar no século XXI, se não ocorrer qualquer ruptura interna ou conflito externo, numa grande potência mundial em todos os campos.

Embora ainda sujeita a uma estrutura política monolítica, a economia tem sido liberalizada, apresentando os maiores índices de crescimento à escala mundial, e os seus problemas reais eram já a gestão concreta das questões económicas e sociais em detrimento de qualquer discussão de base ideológica.

Com o pragmatismo habitual dos chineses foi encontrada uma fórmula para a nova situação designada como «economia socialista de mercado».

As necessidades da nova gestão passavam pela capacidade de liberalizar o regime, também politicamente, sem correr o risco de conflitos e secessões semelhantes aos da ex-União Soviética e sem perder o controlo do centro sobre as regiões económicas mais dinâmicas.

- g. A questão de Taiwan manteve-se, e se este país viu cortadas as ligações diplomáticas que tinha no mundo a favor de Pequim, averbou importantes vitórias no campo económico, mantendo relações comerciais com quase todo o mundo, e em 1994 a visita do seu presidente aos países da ASEAN foi considerada como o reconhecimento do *statu quo*, situação reforçada com a visita oficiosa no mesmo ano aos EUA. Por outro lado, a República da África do Sul, de Nelson Mandela, declarou desejar relações diplomáticas com a RPC, desde que tal não prejudicasse a sua ligação a Taiwan.

É discutível se a união política com o continente virá a ser feita e, se o for, com a rapidez que Pequim gostaria. Porém, no campo económico existiam já, em 1995, 600 empresas de Taiwan com investimentos no continente (15/20 mil milhões US Dólares em Junho).

A reintegração de Hong-Kong (1997) e de Macau (1999) na soberania da República Popular da China não alterou o *statu quo* de Taiwan

embora a tivessem trazido para a primeira linha dos factos políticos e da conflitualidade.

Em Março de 2000 houve eleições presidenciais ganhas pelo Partido Pró-Independência, mas havendo do novo Presidente uma extrema moderação e contactos tranquilizadores com Pequim.

- h. Com a Austrália deu-se uma alteração estrutural de monta quando o Primeiro-Ministro, Paul Keating, em 1992, o considera abertamente um país do Pacífico, desejando até 2001 sair da Commonwealth e transformar-se numa República. Na altura havia ainda uma situação económica quase terceiro-mundista (mercado interno muito protegido, exportação de matérias-primas, importação de bens acabados). Não tinha capacidade de competição com os países mais dinâmicos da área.

Em 1999 foi feito o Referendo sobre o futuro, preferindo a população manter-se ligada ao Reino Unido embora continuando a privilegiar a sua maior integração na Bacia do Pacífico.

Relativamente a Timor, durante 1998 a Austrália alterou a sua posição retirando o apoio à Indonésia e tendo sido essencial em todo o processo que permitiu o referendo e a estabilização ocorrida posteriormente.

- i. Continuaram os problemas de águas territoriais, quer com as ilhas Paracel quer com as ilhas Spratley, relativamente às quais a RP da China não aceitou grandes negociações, preferindo a política de facto consumado e estando a desenvolver uma marinha de águas profundas, que tem preocupado os países da ASEAN.
- j. Confirmou-se um claro ressurgir da presença económica europeia na Região, com grande peso em termos de investimentos e de comércio externo.
- k. A questão da segurança e estabilidade da área manteve-se essencial, já que se trata de zona com dispositivos militares muito fortes e onde a presença americana tem sido um factor de estabilidade.

Se, eventualmente, esta presença americana fosse reduzida, verificar-se-ia uma corrida aos armamentos e o desejo da China e do Japão marcarem a sua superioridade, o que provocaria naturais reacções.

- l. Atendendo ao tema em análise, a questão da Indonésia terá de ser mais detalhada.

Trata-se de um país heterogéneo com muitas vulnerabilidades e alguns pontos fortes.

Constituindo-se em cerca de 13 000 ilhas, ocupa uma distância ao longo dos paralelos maior do que a de Los Angeles a Nova Iorque, sendo artificial a sua unidade nacional.

É o maior país islâmico do mundo, mas ali têm lugar todas as religiões. Existem alguns focos de lutas independentistas para além de Timor, em Sumatra, nas Celebes, no Irian Ocidental (Nova Guiné).

Herdeiro da antiga colónia das Índias Orientais Holandesas, o regime indonésio considera-se o detentor natural do poder sobre todo o conjunto, que só foi unificado (como noutros casos) devido à força da potência colonial.

Sendo uma ditadura militar e, mais do que isso, familiar, o sistema tinha fraquezas e receios grandes, porque embora ao longo dos anos tenha vindo a ser executada uma política de javanização, foram crescendo importantes linhas de fractura e o regime passou a ser contestado, quer por partidos islâmicos quer pelos militares. Em meados da década já se estava a preparar o período pós-Suharto.

Porém, face à sua localização geográfica, às importantes linhas de navegação que são controladas pelos seus estreitos, às suas riquezas naturais e ao grande mercado que constitui, o país encontrou nos interesses de terceiros o apoio para a sua estabilidade.

Inserido numa área do globo onde o transporte marítimo é muito utilizado, é essencial que exista segurança nos estreitos e nas rotas para todos os actores da Região, nomeadamente o Japão, a Austrália, os EUA e também a China.

Por outro lado, no jogo de interdependências dentro da ASEAN, onde todos os países têm as suas vulnerabilidades, seria preferível tratar com um único poder político estável e previsível.

A questão dos Direitos Humanos é importante e foi sempre um espinho no coração daquele regime, mas não tanto quanto se possa imaginar, já que no Oriente a questão dos Direitos Humanos não é tão sensível como no Ocidente.

Por outro lado, há um certo consenso entre estes países em que os Direitos Humanos têm sido usados pelos ocidentais e pelo Japão contra todos como uma arma de estratégia indirecta a fim de reduzir a sua imbatível capacidade de exportação. Assim, a luta pelos Direitos Humanos perdeu ali alguma credibilidade.

A questão de Timor, as vulnerabilidades do regime, o massacre de Santa Cruz em 12 de Novembro de 1991, a atribuição dos prémios Nobel da Paz em 1996, a presença de Portugal no Conselho de Segurança em 1997/1998, a sua acção permanente através da União Europeia, possibilitaram o acordo de 5.5.1999 sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU entre Portugal e a Indonésia, incluindo a realização de um Referendo. Este ocorreu em 30 de Agosto, tendo como consequências a posição inequívoca da população de Timor quanto ao seu futuro e os massacres e vários atentados aos Direitos Humanos que então ocorreram.

O regime entrou em processo de substituição, novas eleições presidenciais tiveram lugar, agudizaram-se vários conflitos locais e regionais, existindo um esforço para a democratização e estabilização do país sob a protecção dos EUA.

m. TIMOR LESTE

A Região ASIA-PACÍFICO é assim dominada essencialmente por três grandes poderes, EUA, Japão e RP da China. Nada se passará na região sem a intervenção activa ou o consentimento de um destes três poderes.

Em termos de interesses económicos, a União Europeia não quer ficar fora do desenvolvimento explosivo que aqui ocorre e privilegiará as suas relações com os países do Pacífico.

Vários cenários se põem sobre o relacionamento destes quatro grandes poderes, sendo certo que nenhum quererá deixar de influenciar o futuro de tão importante área. A situação de Timor-Leste não deixou de ser uma oportunidade para se sentir a intervenção da União Europeia.

Por outro lado, no SE asiático a ASEAN ganhou credibilidade (é uma associação de sucesso) e assim, é já um pólo de atracção para outros, como sejam os países comunistas do SE continental. O seu relacionamento com a China e com a Austrália tende a aprofundar-se, fortalecendo as interdependências económicas.

E nesta região surge a Indonésia como uma potência regional em crescimento, passem todas as suas vulnerabilidades e contradições estruturais e políticas.

Timor Leste encontra-se numa zona geopolítica que interessa fundamentalmente à Indonésia e também à Austrália. Simultaneamente, nenhum dos países da região deseja qualquer instabilidade que poderia pôr em causa os débeis equilíbrios internos e regionais que têm sido alcançados com esforço, perseverança e habilidade.

Todo o conjunto da Indonésia é muito sensível para a geopolítica do Pacífico envolvendo sempre os interesses dos EUA, Japão, RP da China e Austrália, e de um modo indirecto da União Europeia.

Assim, a questão de Timor Leste deixou de ser apenas um problema de autodeterminação e de direitos humanos para ser também uma questão de equilíbrios regionais que a todos interessava.

Em meados dos anos 90 escrevi que: «qualquer solução para o problema passa fundamentalmente pela Indonésia e em moldes que não afectem a sua estabilidade e os receios sobre o futuro da sua unidade nacional (que, repito, é artificial).»

Como disse em 25.03.94 no colóquio «Timor e o Pacífico» na Assembleia da República:

«Admitamos que a História em 75/76 tivesse sido diferente; admitamos que pudesse ter ocorrido um processo mais ou menos pacífico que dentro dos

conceitos defendidos por Portugal levasse, a curto ou médio prazo, a uma independência participada de Timor Leste, com o entendimento das duas maiores forças políticas locais (UDT e FRETILIN). Sabemos que esta solução não agradava à Indonésia, que admitia apenas duas hipóteses: ou a continuação da administração portuguesa, ou a integração no seu próprio território.

«Se a independência tivesse ocorrido teríamos uma República estruturalmente fraca qualquer que fosse o ângulo de observação, e que facilmente seria abalada.

«Naturalmente pouco sólida, seria sempre muito dependente da envolvente exterior, de tal modo que em qualquer momento seria fácil provocar ali instabilidade.

«Esta situação, uma vez criada, poderia levar, por razões de interesse nacional indonésio, de equilíbrios regionais e das sucessivas interdependências de interesses (tipo boneca russa) a uma intervenção indonésia no pequeno Timor-Leste. A situação de facto poderia ter sido a mesma, apenas a ordem jurídica internacional e as responsabilidades de Portugal é que teriam sido diferentes.»

Também sobre o futuro da Região disse que: «Vai passar muito pelo modo como se desenvolverem as relações entre as grandes potências que aqui marcam o ritmo, ou seja, os EUA, o Japão e a RP da China, sendo difícil fazer previsões.

«Se a luta ideológica amainou e se caminha para regimes de referencial semelhante, a política de poder é uma realidade.

Se os EUA são essenciais como elemento de estabilidade, evitando assim o crescimento de apetites expansionistas, já o seu relacionamento com a Região não é fácil porque importa muito mais do que exporta, o que tem vindo a criar grandes tensões.

«No caso do Japão, cuja interdependência financeira e tecnológica com os EUA é muito forte, estas tensões são devidas a mecanismos proteccionistas ainda não ultrapassados, a um crescimento baixo do seu consumo interno, bem como à falta de competitividade dos produtos americanos.

«No caso da China, tal é devido à questão dos Direitos Humanos e à ligação destes às facilidades de exportação para os EUA, bem como ao problema de Taiwan, mas, mais para além, está o receio de ver a China emergir como uma superpotência, no campo económico e militar.

«De qualquer modo a estabilidade da região é um bem que se procura que seja de todos e os investimentos de duplo sentido estão a decorrer e a aumentar.

«A China irá passar nos próximos anos por momentos de grande tensão, previsíveis com a morte de Deng-Tsiao-Peng, e desejará evitar a interferência do exterior em todo o seu processo de evolução interna. Os regimes em mutação, de ditaduras de direita ou de esquerda para democracias (mais ou menos) pluripartidárias, porque irão enfrentar grandes dificuldades internas, também elegerão a estabilidade como o factor primordial.

«Os operadores económicos, por maioria de razão, são avessos a qualquer facto que altere a estabilidade, não importando qual a natureza dos regimes ou a legitimidade do seu poder.

«A criação de blocos político-económicos com tendências proteccionistas será contrária à estabilidade do comércio mundial que procura apoiar-se nos Acordos do GATT. E a maneira de o evitar são as políticas de investimento mútuo e trocas comerciais principalmente com regiões onde a riqueza de matérias-primas é grande e existem mercados em crescimento.

«Por esta razão, a União Europeia, está a apostar muito nesta Região, nomeadamente na ASEAN, sem fazer excepção a qualquer dos seus membros.

«A Austrália, bem como a Nova Zelândia e o Canadá, tendem a aproximar-se dos seus vizinhos amarelos e cor de bronze.

«De qualquer modo e face à desregulação do sistema global que ocorreu após a implosão da União Soviética e às crises políticas e económicas que ocorrem mais ou menos por todo lado, a palavra de ordem será a procura do regresso à estabilidade.

«Nesta perspectiva ninguém saíria beneficiado se simultaneamente com a crise ainda vigente no espaço da ex-URSS, ocorressem situações semelhantes na RP da China, na União Indiana ou na Indonésia.

«O sistema global não tem capacidade para enfrentar em simultâneo novas situações semelhantes, e a perda de controlo que tal provocaria poderia abrir caminho para crises ou conflitos de consequências imprevisíveis.

«Assim, a postura dos grandes actores e das organizações internacionais deverá ser, em todos os casos relacionados com regimes ditatoriais, a procura da sua transição para regimes democráticos utilizando a pressão em vez da confrontação aberta.

«Neste complexo contexto global, certas questões fundamentais relacionadas com o direito à autodeterminação e com os direitos humanos poderão infelizmente ser prejudicadas desde que não ponham em causa o funcionamento do sistema como tal ou não envolvam interesses directos dos grandes actores da cena internacional.

«Tal não pode ser impeditivo da continuação da luta pela defesa dos direitos humanos, pelo reconhecimento da identidade de certos povos e pela sua luta para a autodeterminação, mas é preciso ter a consciência da dificuldade de alcançar, para já, soluções absolutas. Há que ter a noção de que progressividade com estabilidade pode ser de momento o limite possível e que há receios e interesses da parte de terceiros que não podem ser ignorados, sob o risco de se ser irrealista.»

D. O ANO 2000, TIMOR E O FUTURO DA REGIÃO

Nem a Indonésia e a Austrália, nem os outros países da área, incluindo os EUA, previram a grande e heróica resistência do povo maubere à ocupação indonésia, feita sem o apoio de qualquer santuário. Da guerrilha passou-se para uma resistência civil que uniu quase toda a população apoiada pelos padres católicos. O excesso indonésio e a identidade cultural provocaram esta reacção.

Como escrevi, a manutenção de tal situação «será sempre um espinho no coração do actual regime», que causa graves e diversificadas dificuldades a um país que se quer afirmar como um dos líderes do terceiro Mundo.

Acresce que o Regime de Suharto não foi capaz de encontrar soluções internas que lhe permitissem uma saída para este problema. O regime já envolvido numa complexa teia de dificuldades viu a situação agravar-se com a crise económico-financeira de 97/98, com o agudizar dos problemas críticos de cariz étnico, social e religioso, com as denúncias de graves casos de corrupção e de abuso dos Direitos Humanos, que terminaram com a substituição de Suharto, pelo seu vice-presidente Habibie.

1998 e 1999 foram, assim, anos de grande instabilidade interna em que não só a resistência do Povo de Timor encontrou um ambiente mais favorável, como a própria unidade nacional indonésia esteve em causa com eventuais consequências na estabilidade regional.

A aceitação do acordo sobre o Referendo sob os auspícios da ONU, foi o limite extremo de um processo, mas com a íntima convicção indonésia de que a população optaria pela integração (ou autonomia).

Todo o ambiente existente desde esse Acordo (5 de Maio de 1999) até ao Referendo (30 de Agosto), a acção da UNAMET e os eventos que ocorreram posteriormente foram não só de grande tensão e tragédias várias como vieram alterar a face geopolítica da Região.

Após a Austrália ter alterado o seu posicionamento em 1998 (único país que havia reconhecido a integração de Timor-Leste na Indonésia), após o Referendo, e as suas consequências (vontade inequívoca do Povo Maubere, reconhecimento dos resultados pela ONU e atrocidades cometidas pelas milícias e pelo Exército Indonésio), o Mundo viveu um período de choque, dúvidas e receio até à alteração da posição dos EUA em 10 de Setembro pela voz do presidente Clinton. A partir deste momento as Nações Unidas foram capazes de reagir tomando decisões rápidas, a INTERFET sob a liderança da Austrália interveio, as Forças Armadas Indonésias retiraram sem grandes incidentes e o processo de paz começou a entrar nos seus carris.

Isto é importante que seja dito porque confirma não só a importância única dos EUA, como a noção que estes tiveram, em determinado momento, de que a opinião pública estava a mudar nos EUA e no resto do mundo, não lhes interessando continuar ligados a tal regime na Indonésia.

Por outro lado, o factor estabilidade regional, que havia sido eleito como o grande referencial para a sua política no Pacífico Sul, para que o pudesse continuar a ser necessitaria da concretização da independência de Timor e da democratização da vida indonésia, ainda que tentando manter toda a unidade política do conjunto geográfico herdado do poder colonial holandês.

Foi isto que permitiu o início da fase em que agora nos encontramos e que se apresenta como um desafio único para a ONU já que tem sobre os seus ombros

a missão de reconstruir completamente um país, desde os seus elementos mais básicos e essenciais, o que não tem antecedentes na história desta organização.

Para além da reconstrução de TIMOR LOROSAE, há que ter em conta os equilíbrios regionais e o modo como se vai inserir o novo país na segurança regional.

Os EUA continuam a ser, indiscutivelmente, o fiel da balança na Região e o seu objectivo será sempre a estabilidade regional procurando conseguir a evolução pacífica da Indonésia sem que esta possa implodir. Porém, o que se passa na área interessa, evidentemente, sob todos os pontos de vista à Austrália.

Assim, a ONU e as futuras autoridades de Timor Leste terão de resolver esta questão, conseguindo integrar-se num quadro regional que seja estável e que não cause ameaças a qualquer dos actores, o que não irá ser fácil.

Sob os auspícios da ONU, dos EUA, da R.P. da China, do Japão e da União Europeia poderia existir um quadro de cooperação político-económica no contexto da ASEAN e um quadro de cooperação para a segurança numa Aliança multilateral com potências regionais.

Tal obrigará a que Timor tenha as suas próprias Forças Armadas (ou Forças de Defesa e de Segurança) e que os actores regionais sejam corresponsabilizados nessa segurança.

O problema passa não só pela construção de um novo Estado que seja viável política, social e economicamente, mas também que seja convenientemente integrado na lógica regional em que a estabilidade é algo que se pretende garantir em área tradicionalmente convulsa.

Após a aceitação da separação de Timor é a evolução interna da Indonésia o que mais preocupa a comunidade internacional, desejando-se fazer a sua evolução para um regime mais democrático, sem mais sucessões e instabilidade. Se tal não ocorresse, a Malásia, Singapura e as Filipinas seriam certamente afectadas.

A leste, a relação com a Austrália terá de ser gerida cuidadosamente já que pode haver a tentação de um excesso de intervenção política, económica e de segurança do seu governo no futuro de Timor Leste, o que provocaria tensões inevitáveis localmente e com a Indonésia.

É a saída desta teia que pode ser apadrinhada pelos grandes poderes como os EUA, o Japão, a China e a União Europeia tendo como âncora de legitimidade a ONU e no âmbito regional encontrar na ASEAN a componente político-económica de base asiática que integrasse Timor e na questão de segurança contar com a participação de Singapura, Malásia e Indonésia, mas também da Austrália e da Nova Zelândia. Para lhe dar maior estabilidade e relacionamento diversificado com o exterior, a ligação privilegiada com Portugal significaria o envolvimento da CPLP e, noutro contexto, o da União Europeia.

A complexidade do mundo actual e as especificidades da Bacia do Pacífico, são de tal monta que a criação de um novo país em metade de uma ilha como Timor tudo põe em causa, obrigando a que o edifício a construir tenha caboucos muito sólidos e fortemente reforçados em todas as direcções.